

POLÍTICA

Indígenas na alça de mira

Bancada que defende interesses ruralistas colocou em curso a maior ofensiva contra as demarcações de terras de que se teve notícia desde o começo deste século

Foto: José Cruz/ABR



Mesmo com inúmeros protestos ao longo do ano e até mesmo com a ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados por lideranças indígenas (em abril) contra proposta que transfere do Executivo para o Congresso a prerrogativa de definir as demarcações de terras indígenas, Eduardo Alves (PMDB), presidente da Câmara, instituiu a Comissão Especial para analisar a PEC 215, que trata do tema, no último dia 10 de setembro, na calada da noite

► Por Alceu Luís Castilho e Fábio de Castro

extraclasse@sinpro.rs.org.br

Está em curso no Brasil a maior ofensiva contra os direitos dos povos indígenas no século 21. Depois de se desdobrar para influenciar a reforma do Código Florestal, o movimento ruralista concentra agora seus esforços em projetos de lei voltados para bloquear novas demarcações.

As investidas pelas terras indígenas, orquestradas no Congresso Nacional com apoio das bancadas mais conservadoras, favorecem os interesses de setores ligados ao agronegócio, infraestrutura, mineração e ao próprio governo federal, empenhado em políticas que enxergam as demarcações como um obstáculo ao desenvolvimento.

Mas as armas dos ruralistas não se limitam a

projetos de lei e à pressão política. Pelo contrário. Por um lado, intensifica-se neste momento a histórica violência contra os índios. Por outro lado, no campo simbólico, campanhas difamatórias procuram estigmatizar esses povos e jogar a população contra eles.

O relatório *Violência contra os povos indígenas no Brasil*, publicado em junho pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), mostra que o governo Federal estancou o processo de demarcação de terras: em 2012 apenas sete terras indígenas tiveram sua demarcação homologada no Brasil, enquanto 339 terras permanecem sem qualquer providência.

No Congresso, latifundiários, empenhados em garantir mais terras para o agrobusiness, lutam para aprovar o Projeto de Emenda Constitucional

(PEC) 215, que passa do Executivo para o Legislativo a função de homologar as demarcações de terras. Caso obtenham sucesso, o processo de demarcação fatalmente será bloqueado: a bancada ruralista – que já controla a Comissão da Agricultura e a Comissão da Amazônia – garantiu em setembro nada menos que 14 dos 16 nomes indicados pelos partidos para a Comissão das Terras Indígenas.

Enquanto isso, o número de casos de invasões, exploração ilegal de recursos naturais e danos ao patrimônio indígena passou de 42 em 2011 para 62 ocorrências em 2012. Os assassinatos de índios também aumentaram em 2012: 60 mortos, contra 51 em 2011. As ameaças de morte registradas quase dobraram, passando de 11 para 19 casos.

A violência é estratégica

Para o historiador Jorge Eremites de Oliveira, a ofensiva no Congresso e a escalada da violência fazem parte de uma estratégia de desmonte dos direitos conquistados pelos índios nas últimas três décadas. “A situação que vivemos hoje no Brasil não tem precedentes no período posterior ao processo de redemocratização do país. Somente durante o regime militar tivemos um contexto comparável em termos de violência e espoliação de direitos”, diz.

Eremites é professor de Antropologia Social e Arqueologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em sua análise, os ruralistas estão extremamente fortalecidos. Além de uma representação política desproporcional no Congresso Nacional, beneficiam-se de uma conjuntura política favorável: o Legislativo é dirigido por forças conservadoras às quais o Executivo se rende em nome da governabilidade.

“Os ruralistas contam hoje com o apoio da bancada evangélica, dos ministérios da Justiça, da Agricultura e da Casa Civil. Valem-se também do interesse eleitoral da base aliada do governo. Um caso típico é o da ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, que confia no ataque às populações indígenas para conquistar o apoio dos ruralistas do Paraná, onde pretende se eleger governadora”, afirma Eremites.

Essa posição do governo gera mal-estar dentro da própria bancada petista. “O governo está vendido, se acovarda, não quer fazer uma disputa”, dispara o deputado Padre Ton (PT-RO), defensor dos povos indígenas. “O Ministério da Saúde teve coragem de disputar com o Conselho Federal de Medicina e alguns conservadores. Mas nessa área o governo não disputa. Tem medo de disputar com essa base que pressiona, chantageia”.

Modelo desenvolvimentista dá munição

Adriana Ramos, secretária executiva-adjunta do Instituto Sócio Ambiental (ISA), diz que a ofensiva ruralista pelas terras indígenas emprega a mesma estratégia utilizada durante os debates sobre o novo Código Florestal: um “rolo compressor parlamentar” montado para limitar o alcance da legislação dentro dos latifúndios. “O objetivo é claro”, resume. “Acabar com o processo de demarcação de novos territórios e limitar o alcance das leis ambientais”.

Essa estratégia, segundo ela, é perversamente coerente com a política desenvolvimentista do governo. “No Executivo, há interesse em disponibilizar esses territórios para grandes obras de infraestrutura e de mineração sem que os índios tenham direito de opinar”, diz Adriana.

É o que faz, por exemplo, a Portaria 303 da Advocacia Geral da União (AGU), que foi publicada em julho de 2012 e, depois de fortes protestos de indígenas, temporariamente suspensa. Caso entre em vigor, a medida permitirá intervenções militares e empreendimentos hidrelétricos, minerais e viários em terras indígenas sem consulta prévia aos povos, além de prever a revisão dos territórios já demarcados e homologados.

Para o secretário-executivo do Cimi, Cleber Buzatto, a PEC 215 é o principal instrumento dos ruralistas na ofensiva contra os povos indígenas. Mas, além dela e da Portaria 303 da AGU, há outras iniciativas como o Projeto de Lei Complementar 227, que tramita desde 2012. O projeto, considerado como a “legalização da grilagem”, vem sendo barrado graças à mobilização dos índios.

“Elaborado para regulamentar o uso de terras indígenas em situações extremas – como guerras ou epidemias – o projeto poderá permitir que os

ruralistas legalizem latifúndios, assentamentos rurais, cidades, estradas e outros empreendimentos em terras indígenas”, diz.

Tramitam também a PEC 237 – que prevê a concessão de terras indígenas para a União, permitindo o uso comercial delas por produtores rurais – e o PL 1.610, que regulamenta a atividade mineradora em terras indígenas. Este projeto data de 1996, de autoria do senador Romero Jucá (PMDB-RR), mas só agora ganha chance efetiva de ser aprovado. Jucá presidiu a Funai nos anos 1980, durante o governo Sarney, e autorizou a exploração de madeira em terras indígenas. “Agora quer abrir a porteira para a mineração”, diz Ivar Busatto, da Operação Amazônia Nativa (Opan). “E os impactos sociais antes, durante e depois das atividades são muito sérios”.

Cleber Buzatto, do Cimi, conta que, além desses projetos de lei, há instrumentos de autoria do próprio Executivo, como a Portaria interministerial 419, de 2011, que pretende agilizar os procedimentos administrativos para a construção de empreendimentos que afetam as terras indígenas. “Existe uma articulação para manejar uma série de outros instrumentos administrativos e jurídicos, fechando o cerco contra os índios”, afirma. “Esse processo se intensificou a partir de 2012”.

Trata-se de um verdadeiro milagre da multiplicação dos projetos. “Fiquei sabendo que existe uma comissão da reforma da Constituição, com a relatoria do Romero Jucá”, conta o deputado Padre Ton. “Querem reformar o parágrafo que fala da mineração. Fomos pegos de surpresa por uma comissão feita na surdina. Esses parlamentares refletem o patrocínio dessas corporações. O governo não faz disputa por causa da chantagem desses grupos e da importância da mineração na balança comercial”.

EC

A VIDA SE TORNA ETERNA QUANDO LEMBRADA.

O PREVIR FOI CRIADO ESPECIALMENTE PARA ATENDER AS FAMÍLIAS GAÚCHAS. OFERECENDO A SOLUÇÃO COMPLETA EM SERVIÇOS FUNERÁRIOS. ALÉM DE OPÇÕES EXCLUSIVAS PARA CRIAR CERIMÔNIAS EMOCIONANTES E INESQUECÍVEIS.

ATRAVÉS DE CONVÊNIO COM O SINPRO/RS, OFERECE DESCONTOS ESPECIAIS PARA SEUS ASSOCIADOS. ALÉM DE SERVIÇOS E BENEFÍCIOS EXCLUSIVOS:

- RESOLUÇÃO DE TODAS AS ETAPAS QUE ENVOLVEM O FUNERAL
- ATENDIMENTO ESPECIALIZADO EM PROPORCIONAR CONFORTO E FACILIDADES ÀS FAMÍLIAS
- AUXÍLIO E SUPORTE NOS TRÂMITES BUROCRÁTICOS
- ACESSO FACILITADO A TODOS OS SERVIÇOS DO CREMATÓRIO METROPOLITANO

Centro de orientação e atendimento 24h.
0800 51 2505

Av. Prof. Oscar Pereira, 250 - Porto Alegre | RS
51 3217.3233
www.previr.com.br

Previr
Serviços Funerários